



Operação Compliance Zero

STF avalia veto a policiais e militares

Com a grave crise institucional no Supremo, Gilmar Mendes propõe mudar o regimento para barrar agentes e delegados da Polícia Federal nos gabinetes. A medida ocorre em meio ao conflito entre Alexandre de Moraes e André Mendonça

» RENATO SOUZA

Em mais um capítulo da crise envolvendo o Poder Judiciário, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sugeriu, ontem, uma alteração no regimento interno da Corte para vedar a nomeação de policiais federais e militares das Forças Armadas nos gabinetes dos magistrados. A ação do ministro ocorre em meio à instabilidade envolvendo o esquema do Banco Master após o ministro Alexandre de Moraes ser citado em conversas com Daniel Vrcaro, dono do Banco Master. A proposta será analisada por uma comissão formada por quatro ministros e que não conta com a presença de André Mendonça.

Relator do processo do Master, Mendonça tornou público um relatório da Polícia Federal apontando as citações ao colega Alexandre de Moraes. Ele enviou o caso para o presidente da Corte, Edson Fachin, para análise pelo plenário. No entanto, em reação, Moraes usou um relatório de inteligência da PF para acusar Mendonça de diversos crimes, como improbidade administrativa, crime de responsabilidade e de atuar em benefício de determinado grupo político. O despacho de Moraes ocorreu no inquérito das fake news, que tramita há anos no Tribunal.

Na alteração sugerida por Gilmar, um artigo será adicionado ao regimento interno para vedar a lotação de policiais e militares em cargos de comissão. “É vedada a nomeação ou a designação de militares das Forças Armadas e de servidores integrantes das carreiras policiais previstas no artigo 144 da Constituição Federal,

» Ação no Paraná

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu para a Justiça Eleitoral do Paraná a responsabilização de envolvidos após o ex-procurador Deltan Dallagnol (Novo) anexar documentos sigilosos do magistrado em seu processo de registro de candidatura ao Senado. Deltan apresentou documentos com os sigilos fiscal e bancário de Zanin como anexos da defesa que contestou as impugnações de sua candidatura. Originalmente, os documentos sigilosos fizeram parte de um processo contra Deltan no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Deltan era chefe da Lava-Jato no Paraná.

ainda que licenciados ou cedidos, para cargo em comissão ou função comissionada nos gabinetes dos ministros, salvo para o exercício de atividade de segurança, devidamente informada pela Chefia de Gabinete à Secretaria do Tribunal, sendo vedada a participação na instrução de inquéritos ou processos e em atividades de assessoramento jurídico”, destaca o texto sugerido pelo magistrado.

A sugestão será avaliada pela Comissão de Regimento, integrada por quatro ministros, com Alexandre de Moraes entre eles. O ministro André Mendonça não faz

parte do colegiado que vai analisar a sugestão. Os outros integrantes do grupo são Luiz Fux, Nunes Marques e Flávio Dino. Após manifestação dos integrantes da comissão, Edson Fachin vai convocar uma reunião administrativa para decidir o caso.

Delegados

Em meio à crise, o Ministério Público Federal (MPF) abriu procedimento para investigar integrantes da Polícia Federal que produziram o relatório que cita conversas sobre Alexandre de Moraes. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, é citado como eventual contato dos envolvidos no esquema.

Em nota, a Associação dos Delegados da Polícia Federal pediu que Gonet seja declarado suspeito para atuar no caso e diz que o documento questionado pelo MPF “foi produzido por determinação do ministro então relator do feito no Supremo Tribunal Federal” e que “os delegados e servidores que dele participaram cumpriram ordem judicial, nos estritos limites nela fixados, sem margem para juízo próprio de conveniência sobre o que lhes foi determinado pelo juízo competente”.

A entidade “requer que o procurador-geral da República se declare impedido e se abstenha de praticar atos, seja como fiscal da lei, seja como titular do controle externo, nos procedimentos relacionados aos fatos em que é citado; que o procedimento instaurado seja arquivado por ser via inadequada ao questionamento de ato do STF”.

Antonio Augusto/STF



A sugestão de Gilmar Mendes será analisada por quatro ministros e depois enviada a Fachin

PROPOSTA DE EMENDA REGIMENTAL

(PROPOSTA DO MINISTRO GILMAR MENDES)

Reprodução

Altera dispositivo do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

Art. 1º Acresce-se o parágrafo 3º ao art. 357 do Regimento Interno:

“Art. 357 (...)

§ 3º - É vedada a nomeação ou a designação de militares das Forças Armadas e de servidores integrantes das carreiras policiais previstas no art. 144 da Constituição Federal, ainda que licenciados ou cedidos, para cargo em comissão ou função comissionada nos Gabinetes dos Ministros, salvo para o exercício de atividade de segurança, devidamente informada pela Chefia de Gabinete à Secretaria do Tribunal, sendo vedada a participação na instrução de inquéritos ou processos e em atividades de assessoramento jurídico.”

Art. 2º Caberá ao Presidente do Supremo Tribunal Federal providenciar o imediato retorno aos órgãos de origem dos servidores atualmente em exercício no Tribunal em desacordo com a regra ora acrescida ao art. 357 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Emenda Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro GILMAR MENDES

Proposta de alteração no regimento interno do STF apresentada neste sábado por Gilmar Mendes

O embate no STF

Veja os principais pontos da crise institucional no Supremo Tribunal Federal

Mensagens de Daniel Vrcaro

André Mendonça determinou o aprofundamento da análise de mensagens encontradas no celular do ex-banqueiro Daniel Vrcaro, investigado no caso Banco Master.

Referências a Alexandre de Moraes

Parte do material analisado passou a envolver conversas e possíveis contatos relacionados a Alexandre de Moraes, ampliando a tensão entre os dois ministros.

Condução da investigação

Moraes passou a questionar os procedimentos adotados

por Mendonça e a forma como foram determinadas diligências relacionadas ao material apreendido.

Limites da relatoria

Um dos principais pontos de conflito é a discussão sobre até onde Mendonça poderia avançar na investigação de fatos que potencialmente envolvessem outro integrante do STF sem antes consultar o plenário da Corte.

Investigação contra Mendonça

Alexandre de Moraes pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, a adoção de providências para investigar a conduta de Mendonça.

Reprodução/YouTube



Extrapolação de atribuições

A reação de Moraes foi baseada na alegação de que Mendonça teria ultrapassado os limites de sua atuação como relator. Mendonça contesta a existência de irregularidades.

Oitiva de Vrcaro

Outro episódio que gerou repercussão foi o depoimento prestado pelo ex-banqueiro diretamente no gabinete do ministro, sem a presença de agentes da Polícia Federal.

Desavença com a PF

» Em meio à crise com Moraes, a relação entre o gabinete de Mendonça e investigadores da

PF se deteriorou. O ponto de divergência é a investigação dos descontos irregulares envolvendo beneficiários do INSS.

» Policiais relataram incômodo com o que consideraram uma participação excessiva do ministro na definição de alvos e dos rumos de determinadas medidas investigativas.

» Também houve questionamentos sobre o controle exercido pelo gabinete do relator sobre informações e documentos produzidos no decorrer das investigações.

» A definição de quem deveria ou não ser investigado se tornou um dos pontos de atrito entre o gabinete do ministro e integrantes da Polícia Federal.